



LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de texto.	1
Argumentação.	19
Pressupostos e subentendidos.	31
Níveis de linguagem.	31
Ortografia e acentuação.	34
Articulação do texto: coesão e coerência.	56
Classes de palavras.	85
Sintaxe. Termos da oração. Processos de coordenação e subordinação.	136
Discurso direto e indireto.	153
Tempos, modos e vozes verbais.	160
Flexão nominal e verbal.	167
Concordância nominal e verbal.	173
Regência nominal e verbal.	189
Ocorrência da Crase.	200
Pontuação.	204
Equivalência e transformação de estruturas.	213
Redação.	219

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Evolução histórica dos Direitos Humanos. Os fundamentos filosóficos dos Direitos Humanos. Fontes, classificação, princípios, características e gerações de direitos humanos.	1
Interpretação dos tratados de Direitos Humanos. Colisão entre direitos humanos: teorias para resolução.	15
Tratados internacionais de Direitos Humanos em face da Constituição da República do Brasil.	21
Ações afirmativas.	23
Declaração Universal dos Direitos Humanos.	24
Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e protocolos facultativos.	36
Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) e protocolos facultativos.	50
Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial.	57
Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher e protocolo facultativo.	69
Convenção sobre os direitos da criança e seus protocolos facultativos.	75
Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e seu protocolo facultativo.	87
Convenção relativa à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural – “Declaração de Estocolmo”.	109
Convenção sobre a diversidade biológica.	117
Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas.	134
Sistema Regional Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos.	139
Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem.	139
Convenção Americana de Direitos Humanos. Protocolo adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais – “Protocolo de San Salvador”.	145
Comissão Interamericana de Direitos Humanos e Corte Interamericana de Direitos Humanos: composição, funcionamento, atribuições e histórico de decisões.	152
Mecanismos de proteção aos direitos humanos na ordem jurídica nacional e internacional.	155
III Plano Nacional de Direitos Humanos.	160

SUMÁRIO



Direitos Humanos em espécie e grupos vulneráveis. Direitos Humanos das minorias e de vítimas de injustiças históricas: Mulher, Negro, Criança e Adolescente, Idoso, Pessoa com Deficiência, Pessoas em situação de rua, Povos Indígenas, LGBT, Quilombolas, Sem-teto, Sem-terra, Imigrantes e Refugiados. 175

NOÇÕES DE DIREITOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Direitos da Pessoa com Deficiência: evolução histórica, fundamentos filosóficos, teorias, conceitos básicos, princípios e classificações.	1
Distinções e aproximações entre os conceitos de doença e de deficiência.	46
Inclusão social da Pessoa com Deficiência.	47
Ações afirmativas.	47
Direitos das Pessoas com Deficiência na Constituição Federal.	49
Lei Federal nº 7.853/1989, Decreto Federal nº 3.298/1999 e Lei Federal 126/2005.	52
Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência – Decreto do Executivo Federal nº 6.949/2009.	72
Lei Federal nº 13.146/2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).	94
Lei Estadual 14.789, de 1/10/2012 - Institui no âmbito do Estado de Pernambuco a Política Estadual da Pessoa com Deficiência.	128
Lei Municipal nº 17.199/2006 e alterações – Institui no âmbito da Cidade do Recife a Política Municipal de Inclusão da Pessoa com Deficiência.....	135
Lei Municipal nº 17.247/2006 e alterações – Institui o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.	141
Lei Municipal nº 18.444/2017 e alterações – Institui o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.	145
Lei Federal nº 12.764/12 e Decreto 8.368/2014, 02/12/2014, que institui e regulamenta a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.	147
Lei Municipal nº 18.002/2014 e alterações.	152
Direito à Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.	154
Declaração de Salamanca.	163
Proteção dos direitos das pessoas com transtornos mentais na assistência em saúde mental (Lei Federal nº 10.216/01).	177
Programas, serviços, projetos e benefícios direcionados à Pessoa com Deficiência no âmbito da Assistência Social.	183

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO

Constituição Federal (1988) - artigo referente à Seguridade.	1
Lei nº 8.742 de 7 de dezembro 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), e suas alterações.....	14
Lei Nº 12.435, de 6 de julho de 2012 – Lei do Sistema Único de Assistência Social.....	30
Resolução CNAS Nº 7, de 18 de maio de 2016 - II Plano Decenal da Assistência Social (2016/2026) “Proteção Social para todos/as os/as brasileiros/as”	38
Resolução CNAS nº 4, de 13 de março de 2013 e os princípios da Política Nacional de Educação Permanente do Suas – PNEP/Suas.....	64
Resolução CNAS Nº 145, de 15 de outubro de 2004 – Política Nacional de Assistência Social – PNAS	82

SUMÁRIO



Resolução CNAS n.º 130, de 15 de julho de 2005 - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS	112
Resolução CNAS n.º 33 de 12 de dezembro de 2012 – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS	166
Resolução CNAS N.º 109, de 12 de novembro de 2009 – Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), e suas alterações por meio da Resolução CNAS N.º 13, de maio de 2014	201
Resolução CNAS N.º 6, de 13 de abril de 2016 - Supervisão Técnica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – Suas.....	241
Lei 14.728/85 e suas alterações – Estatuto dos Funcionários Públicos do Recife.....	245
Lei 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.....	273
Lei 10.741/2003 – Estatuto do Idoso.....	327
Lei 12.852/2013 – Estatuto da Juventude.	345
Lei 12.288/2010 – Estatuto da Igualdade Racial.	355
Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959).	368
Convenção sobre os Direitos da Criança – ONU (1990).	370
Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006)	385
Diretrizes Internacionais – crianças privadas de cuidados parentais (2006). Diretrizes Internacionais das Nações Unidas para Cuidados Alternativos às Crianças (2009)	414
Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009) ..	432
Lei 12.010 (Lei da Adoção – 2009).	480
Lei 13.257 (Dispõe sobre as políticas públicas para a Primeira Infância – 2016).	494
Resolução N.º 165/2013 – Conselho Nacional de Justiça.	504
Resolução Provimento N.º 73/2018 - Conselho Nacional de Justiça	510

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão social e suas expressões no Brasil contemporâneo.	1
Transformações no mundo do trabalho.	4
Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social nas diferentes linhas interpretativas.	30
Projeto Ético-Político do Serviço Social e Legislação Profissional: Lei de Regulamentação da Profissão;	52
Código de Ética Profissional e Resoluções do Conselho Federal de Serviço Social sobre o Exercício Profissional.	64
Dimensão técnico-operativa do serviço social: Concepções sobre instrumentos e técnicas; .	83
Abordagens individual e coletiva;	110
Estudo Social; Perícia Social; Relatório Social; Laudo Social; Parecer Social.	125
Dimensão técnica e política do trabalho do assistente social.	130
Serviço Social e as instituições: relações institucionais, interdisciplinaridade, tecnocracia e burocracia.	150
Cidadania e Direitos Sociais e Humanos dos diferentes grupos e segmentos da sociedade brasileira.	168
Estado e políticas sociais: Aspectos teóricos e históricos.	206
Aspectos conceituais da proteção social e sua configuração nas políticas sociais brasileiras.	221
Estado Social na Constituição Federal de 1988: capítulo da Ordem Social.	248
Diretrizes atuais das políticas sociais: Democratização, participação social e universalização.	282
Lei n.º 8.212/1991, complementos e alterações (Lei Orgânica da Seguridade Social; Seguridade Social no Brasil;	285
Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – institucionalidade na gestão, execução, monitoramento e avaliação: Aspectos normativos e conceituais: Funções e eixos estruturantes da política de assistência social;	329



Direitos socioassistenciais e seguranças socioassistenciais, financiamento do SUAS;	333
Normas Operacionais Básicas de 2005 e 2012; Norma Operacional Básica de Recursos Humanos;	342
Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social); Benefício de Prestação Continuada;	365
Programa Bolsa Família; Cadastro único;	366
Instâncias de Controle social e gestão de participativa - Conselhos de assistência social, Comissão Intergestores Tripartite (CIT), Comissões Intergestores Bipartite (CIBs), Conselhos Gestores, Fóruns e organizações da sociedade civil;	370
Vigilância Socioassistencial;	391
Gestão do Trabalho - Política Nacional de Educação Permanente no SUAS.	397
Políticas sociais setoriais e transversais: Previdência Social – Lei Orgânica da Seguridade (complementos e alterações);	414
Saúde: Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990 – Complementos e alterações;	424
Política Nacional de Saúde Mental;	449
Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD);	455
Política de habitação.	479
Legislação social para segmentos específicos: Estatuto do Idoso;	490
Lei Maria da Penha;	490
Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;	505
Estatuto da Pessoa com Deficiência;	505
Estatuto da Igualdade Racial; e Estatuto da Juventude,	505
Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais,	505
Direitos dos Povos Indígenas,	509
Direitos dos grupos identificados por identidade sexual e de gênero.	517
Movimentos Sociais, participação e controle social.	535
Trabalho em rede: intersectorialidade, articulação.	554
A dimensão territorial nas políticas sociais.	570
Família: aspectos conceituais e o trabalho com famílias nas políticas sociais.	579
Organizações da Sociedade Civil.	595
Organização Federativa Brasileira: papel das instâncias federadas na garantia de direitos sociais.	599
Processos de gestão: planejamento, diagnóstico, monitoramento e avaliação - Planejamento como processo técnico-político, concepção, operacionalização e avaliação de planos, programas e projetos;	629
Formulação de projeto de intervenção profissional.	664
Dimensão investigativa: Fundamentos, instrumentos, indicadores sociais e técnicas de pesquisa social.	687

SUMÁRIO